

## PEDEPES

### Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

#### Resolução

*(aprovada por unanimidade na Reunião do Conselho Regional do PEDEPES, realizada em Almada, no dia 10 de Abril de 2013)*

Num momento marcado pelas profundas dificuldades que o País e a Região atravessam, o conjunto dos agentes de desenvolvimento envolvidos no PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal entendem ser necessário atualizar o seu diagnóstico, fruto da atual situação e das suas causas, assim como perspetivar soluções e medidas necessárias à superação da crise e ao desenvolvimento económico e social da Região e do País.

A Região de Setúbal, à semelhança do resto do País, está confrontada com níveis de austeridade e de recessão que têm vindo a determinar o aumento exponencial do desemprego e o encerramento de empresas; o elevado crescimento das situações de pobreza e exclusão social; a diminuição abrupta do investimento público e da economia; o encerramento e degradação dos serviços públicos prestados pela Administração Central; a indefinição ou mesmo suspensão de projetos estruturantes; o aumento intolerável da carga fiscal e dos custos dos factores de produção, com exceção para a crescente redução do nível salarial dos trabalhadores.

O Poder Local Democrático ao ver diminuída drasticamente a sua participação nas receitas do Estado, a sua autonomia financeira e administrativa colocada em causa por legislação inaceitável relativa a financiamento, compromissos e organização, num quadro em que as Freguesias são alvo de um processo de extinção sem qualquer critério inteligível, está confrontado com dificuldades acrescidas para cumprir a sua missão de prestar serviços públicos autárquicos indispensáveis à vida municipal, ao desenvolvimento local e à melhoria das condições de vida das populações.

Face a esta realidade e perante a exigência de urgentemente se promover a criação de riqueza e de postos de trabalho, que permitam colocar a Região e o País num rumo de desenvolvimento económico e social, as entidades reunidas no Conselho Regional do PEDEPES, afirmando a sua disponibilidade para continuar e aprofundar o trabalho conjunto em torno do Plano, consideram imperativo dar uma especial atenção às questões relacionadas com o próximo período de programação financeira comunitário 2014-2020, o designado Quadro Estratégico Comum - QEC, assim como às consequências da prevista reconfiguração NUT, em que se pretende extinguir a NUT III Península de Setúbal, passando a fazer coincidir a referida NUT III com a Área Metropolitana de Lisboa.

A reconfiguração das NUT, no nosso entender, deveria reconhecer as diferenças existentes entre a Península de Setúbal e a restante AML, particularmente no que respeita à homogeneidade territorial e social, assim como na substancial diferença do PIB *per capita* que se regista na Península de Setúbal (inferior em cerca de 50% ao da Grande Lisboa e abaixo dos 75% da média comunitária).

Esta é uma situação que os agentes de desenvolvimento regional não podem deixar de se manifestar contra, considerando-a inaceitável e merecedora de um contacto urgente com o Governo, através do Ministério da Economia, no sentido de alertar para as consequências dramáticas de tal opção para o desenvolvimento da Região de Setúbal e para a AML como um todo.

Neste âmbito, a Região de Setúbal inserida na Área Metropolitana de Lisboa, e tendo em conta os seus indicadores de desenvolvimento próprios, pugna por um tratamento diferenciado que lhe permita ter acesso a Fundos Comunitários com taxas de comparticipação adequadas à sua realidade, no quadro de um programa integrado de desenvolvimento da Península de Setúbal.

Neste contexto, as entidades que integram o Conselho Regional do PEDEPES reafirmam a necessidade de um conjunto de medidas que invertam o caminho da recessão e da crise, aproveitando as potencialidades existentes na Região, transformando-as numa alavanca do desenvolvimento nacional, que se continua a considerar imprescindível:

- Dotar a Região de instrumentos necessários ao seu desenvolvimento, retomando-se o processo de revisão do PROT-AML, já concluído e a aguardar aprovação e perspectivando-se o conjunto de investimentos estruturantes com carácter reprodutivo fundamentais para o País, entre eles, o Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo Barreiro-Lisboa, e Ponte Barreiro-Seixal, a Plataforma Logística do Poceirão, o Projecto do Arco Ribeirinho Sul, a articulação e investimentos nos Portos, numa estratégia sustentável para os estuários do Tejo e do Sado, a rede ferroviária de transporte de passageiros e mercadorias, a conclusão do Metro Sul do Tejo;
- Continuar a mobilizar a Região, os seus agentes e populações, em torno da Candidatura da Arrábida a Património Mundial;
- Inverter o rumo de desmantelamento do sector produtivo, apostando-se na valorização da pesca, da agricultura e da indústria, com particular atenção para um tecido económico e empresarial constituído maioritariamente por micro, pequenas e médias empresas, num quadro em que o papel das maiores empresas instaladas na região é de extrema relevância para a economia regional e nacional;
- Exigir um tratamento diferenciado, de discriminação positiva, no próximo Quadro Estratégico Comum – QEC, abrangendo um Programa Integrado de Desenvolvimento da Península de Setúbal que assegure a diminuição das assimetrias regionais, promova as potencialidades da Região e a coesão da Área Metropolitana de Lisboa.
- Potenciar as actividades económicas da Região, com o aproveitamento dos recursos existentes, promovendo o investimento produtivo (público, privado e cooperativo) centrado no mercado interno e a criação do emprego, destacando-se os produtos e as potencialidades no sector do Turismo;

- Incentivar a investigação e desenvolvimento de processos e produtos, como factor determinante para a competitividade promovendo o empreendedorismo e a internacionalização do tecido económico regional;
- Apostar na valorização do trabalho e na dignificação do trabalhador, enquanto condição essencial para uma sociedade desenvolvida e democrática, de pleno emprego e emprego com direitos, com salários justos, com formação ao longo da vida, com a melhoria das condições de trabalho, como fator do crescimento económico;
- Promover a coesão social, combatendo as causas profundas de empobrecimento e da exclusão, sensibilizando para a igualdade, promovendo o apoio a grupos sociais mais desfavorecidos;
- Promover e apoiar o movimento associativo popular, com especial atenção para o associativismo juvenil, como espaço privilegiado da formação para a democracia e a cidadania;
- Defender a existência de serviços públicos, no âmbito das funções sociais do Estado, com a exigência de padrões de elevada qualidade, designadamente nos domínios da educação, da saúde, da justiça e da segurança;
- Apostar num Poder Local Democrático que aprofunde a experiência das últimas décadas, na prestação de serviços, no investimento público, na proximidade com as populações, dotado de capacidade criadora e concretizadora que promova o desenvolvimento e a valorização dos territórios;
- Defender um regime fiscal competitivo para as empresas e, designadamente, para as micro, pequenas e médias empresas, com especial atenção aos regimes do IVA e do IRC, aos Pagamentos Especiais por Conta e Pagamentos por Conta;
- Criar linhas de crédito destinadas às actividades económicas produtivas que permitam a imediata superação de dificuldades de tesouraria e a libertação de meios para o investimento e a criação de emprego.

As entidades reunidas em Conselho Regional do PEDEPES, reforçando a ideia de que nesta Região de identidade e história de trabalho existe um projeto e os agentes necessários à sua concretização, consideram que este é o conjunto essencial de medidas urgentes, indispensáveis e necessárias, que contribuirão de forma decisiva para o desenvolvimento da Região, criando emprego, fomentando o crescimento económico, ajudando à superação da crise e consequentemente ao Desenvolvimento da AML e do País.

*Comissão Executiva do PEDEPES:*

---

- AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal (Coordenação da CE PEDEPES);
- AERSET – Associação Empresarial da Região de Setúbal;
- APERSA – Associação dos Pequenos Empresários da Região de Setúbal e Alentejo;
- AADS - Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal;
- ACSDS - Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal;
- Cáritas Diocesana de Setúbal;
- CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa;
- CPPME – Confederação Portuguesa de Pequenas e Médias Empresas;
- Delegação Distrital da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias;
- Federação Distrital de Setúbal de Reformados, Pensionistas e Idosos;
- IPS - Instituto Politécnico de Setúbal;
- Mútua dos Pescadores;
- UGT – União Geral de Trabalhadores;
- USS/CGTP-IN – União de Sindicatos de Setúbal